



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1529

## **PONTOS DE ATRITO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O GOVERNO JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964**

Antonio Battisti Bianchet Junior  
(PPGHIS/UFRJ)

**Resumo.** Pouco tempo após golpe de 1964 que destituiu o presidente João Goulart, começaram a ser elaboradas as primeiras análises sobre a crise que tensionou a sociedade brasileira e levou ao rompimento da legalidade entre os meses de março e abril. Nos períodos posteriores, o objeto foi analisado sob diversos olhares e trabalhado a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, por um crescente número de autores em variadas áreas das Ciências Humanas. Neste trabalho, portanto, buscamos discutir alguns aspectos de obras que tiveram importância na conformação de um campo de estudos sobre o tema na área de História no Brasil. A escolha dos trabalhos é, obviamente, arbitrária, pois dados os limites do formato e a amplitude da produção científica sobre o assunto, torna-se inviável uma discussão de maior dimensão. Feita esta ressalva, nosso objetivo é demonstrar alguns pontos de atrito entre dois grupos de análises definidos arbitrariamente: as obras definidas como clássicas, que incluem os autores René Armand Dreifuss, Alfred Stepan e Guillermo O'Donnell, e as classificadas como revisionistas, que têm como um dos marcos iniciais a obra de Argelina Cheibub Figueiredo. Como a corrente aqui denominada revisionista é posterior, buscaremos discutir como esta se referiu à corrente clássica em seu esforço de consolidação como análise interpretativa de uma realidade passada tendo em vista os condicionamentos de sua contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Governo Goulart; golpe de 1964; historiografia; revisionismo

Financiamento: CNPq

### **Introdução/justificativa; Objetivos; Resultados**

Não inaugura prática o fato de uma determinada corrente de pensamento, ao lançar-se, empreender ao mesmo tempo uma crítica na tentativa de desqualificar as perspectivas até então vigentes e que se pretende superar. Exemplo claro disso na área de História marca a emergência daquela que ficou conhecida como “escola dos Annales”, que se deu, em grande medida, em detrimento da escola Metódica, dita “positivista”.

A dinâmica do surgimento de diferentes correntes historiográficas sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964 em certa medida reproduz esse fenômeno. Inevitavelmente, a definição das obras a serem discutidas – sejam “revisionista” ou “clássicas” – é arbitrária. Feita esta ressalva, nosso objetivo é problematizar algumas referências feitas pela primeira em relação às segundas, sem, no entanto, entrarmos nos méritos ou deméritos de ambas para o estado da arte da historiografia que trata o período/tema.

Obra que inaugura a que podemos denominar corrente revisionista dentro do campo de estudos sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964 é “Democracia ou reformas?”, de Argelina Cheibub Figueiredo. Resultado de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Chicago, sob orientação de Adam Przeworski, foi escrita durante o ano letivo (hemisfério norte) de 1986-7 (FIGUEIREDO, 1993, p. 13). A publicação da tradução, no Brasil, só aconteceria anos mais tarde, em 1993. Segundo a autora,

(...) as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida da análise. A interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis. Os constrangimentos estruturais constituem o primeiro dispositivo de filtragem... (FIGUEIREDO, 1993, p. 29).

E logo adiante, complementa:

Argumento neste trabalho que, entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas. [...] O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas (FIGUEIREDO, 1993, p. 30-1).

A década de 1980 no Brasil marcou uma época de mudança nos paradigmas ideológicos. A “lenta, gradual e segura” transição para a democracia representativa, conjugada com a situação econômica que dava razão à alcunha de “década perdida”, distante cerca de dez anos da aniquilação dos grupos da esquerda

armada, representou um período de consagração do pensamento liberal-democrático no campo das esquerdas. Nessa esteira, na perspectiva de Figueiredo, o principal fator explicativo para a derrubada do presidente João Goulart encontra-se na falta de compromisso com a democracia por parte dos atores estratégicos (FIGUEIREDO, 1993, p. 202).

À época do lançamento da obra em questão no Brasil, a produção acadêmica na área passava por um momento de abertura nas abordagens teórico-metodológicas. O marxismo, em suas mais variadas vertentes, em parte como resultado do contexto brevemente analisado acima, abria caminho para a emergência de perspectivas como, por exemplo, a história cultural e a nova história política de origem francesa. Ao mesmo tempo, é possível observar um declínio no número de estudos sobre História Econômica, refletido nas estatísticas dos principais programas de pós-graduação em História do país à época (FRAGOSO; FLORENTINO, 2008).

Dessa maneira, como já introduzido no pontapé inicial do texto, no caso da “corrente revisionista”, foi empreendida uma crítica às obras mais importantes existentes até então a tratar do governo João Goulart e do golpe de 1964. A exceção diz respeito a Moniz Bandeira. A autora não faz referência aos estudos publicados por este autor, agravado pelo fato de que no momento da redação de “Democracia ou reformas...” eram ainda mais escassos os trabalhos sobre o tema, o que torna evidente a necessidade de haverem sido consideradas as pioneiras contribuições de Bandeira no campo (BANDEIRA, 1973; 1983).

No capítulo introdutório (p. 21-34), Figueiredo faz um apanhado – inevitavelmente arbitrário – da historiografia que aborda o tema. Antes disso, apresenta sua hipótese, dando indício da leitura enviesada por meio da qual pretende apresentar as abordagens clássicas.:

Neste estudo investigarei as possibilidades de sucesso de soluções político-institucionais que, dadas as condições vigentes, pudessem combinar democracia com reformas sociais. Em contraste com as explicações predominantes sobre o golpe de 1964, enfatizarei a interação estratégica entre os atores relevantes, especialmente aqueles que buscavam mudança. Minha pressuposição central é a de que o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o

resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos, alguns dos quais já estavam atuando quando, em 1961, um golpe militar foi abortado (FIGUEIREDO, 1993, p. 22).

Ao referir-se à obra de Guillermo O'Donnell, encaixa-a primeiramente no grupo “estrutural”, seguido do subgrupo que “ênfatiza fatores econômicos”. A nosso ver, no entanto, a autora faz uma certa confusão, pois primeiramente afirma que “*As explicações estruturais [...] apontam para a inevitabilidade de um resultado autoritário. Por esta razão, podem ser vistas como argumentos estruturalistas extremados...*” (FIGUEIREDO, 1993, p. 23). Algumas frases adiante, no entanto, Figueiredo reconhece que O'Donnell

(...) não enfrenta, propositalmente, a questão da inevitabilidade do resultado autoritário, argumentando que existe apenas uma “afinidade eletiva” entre estes dois fenômenos. [...] Entretanto, seu argumento central funda-se num pressuposto implícito que encerra a noção de necessidade (FIGUEIREDO, 1993, p. 23).

Ao classificar dessa maneira a contribuição de O'Donnell, Figueiredo omite um dos pontos principais da teia explicativa sobre o surgimento dos Estados burocrático-autoritários (doravante BA). Trata-se da questão do “nível de ameaça”. Para O'Donnell, a instalação do Estado BA surge, geralmente, em resposta

a processos de alta e rápida ativação política do setor popular que é percebida por outros setores como uma ameaça à continuidade dos parâmetros socioeconômicos. [...] Caracterizando estes períodos prévios, esta situação é antagônica às necessidades objetivas de estabilidade e previsibilidade social de qualquer economia complexa, que parecem particularmente agudas no tipo de capitalismo existente nesses países e, sobretudo, para o seu “aprofundamento”. (O'DONNELL, 1987, p. 22).

Ou seja, a emergência e/ou intensificação dos movimentos sociais de contestação da ordem vigente, como aconteceu no Brasil durante o governo João Goulart (Ligas Camponesas, agremiações operárias urbanas diversas, subalternos das Forças Armadas, uniões estudantis, etc.), é um fator-chave na explicação da emergência do Estado BA. Este fator não se limita à ordem econômica. A ação dos

movimentos contestatórios tem no horizonte sentido mais amplo, em direção à alteração tanto de estruturas político-sociais quanto de questões de caráter conjuntural. Para citar alguns exemplos, as Ligas Camponesas em torno da reforma agrária; os subalternos das Forças Armadas em prol da elegibilidade para cargos públicos, melhores condições de trabalho e direito de casamento; o voto dos analfabetos; entre outros. Classificar como “estruturalista extremada” e que “ênfatiza fatores econômicos” vai de encontro com a proposição original do autor, que ênfatiza:

O argumento central é que a emergência, impactos sociais e dinamismo destes fenômenos [implantação dos BA] não podem ser entendidos se não se vê a sua íntima e sistemática relação com a estrutura e mudanças de certo tipo de capitalismo, com características próprias que devem ser especificadas. Trata-se de relações complexas – variáveis ao longo do tempo e não reduzíveis a uma só direção de causalidade – entre fatores econômicos e políticos que influem decisivamente sobre as tendências e direção geral de mudanças de sociedades que compartilham um certo tipo de dominação política e de capitalismo (O’DONNELL, 1987, p. 20).

À frente a autora trata do outro grupo, denominado “intencional”, cujo primeiro subgrupo define como “estudos centrados na conspiração internacional e/ou direitista contra o governo de Goulart.” Como exemplo, utiliza a obra de René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981). Após uma série de citações pinçadas e tiradas de contexto, a autora decreta:

Este tipo de análise, no entanto, falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes. Conseqüentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer estrangimentos externos (FIGUEIREDO, 1993, p. 27-8).

A análise atenta da obra de Dreifuss, no entanto, deixa claro que tal leitura é tendenciosa pois a explicação para o golpe é mais complexa e não se dá apenas em função da existência da conspiração. Remetendo à penetração do capital multinacional e associado na economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial, o

autor, baseado em farta documentação, contextualiza o crescimento da importância econômica desses interesses estrangeiros (majoritariamente estadunidenses) no contexto nacional (DREIFUSS, 1981, p. 49 e ss).

O aumento de importância deste grupo econômico não possuía correspondente político, de modo que durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), o bloco de poder multinacional e associado desenvolveu maneiras de contornar a burocracia estatal, constituindo a denominada “administração paralela” (DREIFUSS, 1981, p. 31 e 125). Já no governo Quadros, os interesses multinacionais passaram a ocupar lugar na máquina estatal. Além disso, Dreifuss atenta para o óbvio: o componente militar. Pouco presentes na análise de Figueiredo, as Forças Armadas cumpriram um papel chave em todo o processo de aumento da presença do capital multinacional e associado na economia brasileira. A maioria dos oficiais ligados diretamente à tomada do poder em 1964 tinham alguma ligação com a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948 nos moldes do Naval War College dos EUA.

Jânio Quadros compôs um Executivo que satisfizes as forças sócio-econômicas modernizante-conservadoras. Importantes grupos econômicos multinacionais e associados, influentes associações de classe empresariais, membros da CONSULTEC e o núcleo da ESG foram incluídos em seu ministério, na administração pública e ocuparam os postos de comando dentro da hierarquia militar. A administração paralela de Juscelino Kubitschek tornava-se governo com Jânio Quadros (DREIFUSS, 1981, p. 126).

Assim, Dreifuss analisa a trajetória do bloco de poder multinacional e associado desde muito antes da formação da conspiração em si, que teve como objetivo derrubar Goulart. A crise do início dos anos 1960 no Brasil foi marcada por uma disputa pela hegemonia no seio da sociedade civil. Logo, diferentemente do que defende Figueiredo, houve estrangimentos ao projeto multinacional e associado, de tal maneira que, inclusive, acabaram levando à opção pelo golpe de Estado. Para citar alguns exemplos, fracassaram as tentativas de cooptação do movimento estudantil e sindical; e o resultado das eleições de outubro de 1962, nas quais o IPES financiou uma plêiade de candidatos ligados ao seu projeto de poder,

foi muito abaixo do esperado, evidenciando uma expansão das esquerdas, principalmente o PTB.

Ao discutirmos o período correspondente ao governo João Goulart e ao golpe de 1964, a nosso ver, é necessário que se tenha uma perspectiva que vai além dos aspectos conjunturais; não apenas a título de contextualização e sim como fator explicativo. Como visto, Dreifuss dedica uma parte considerável de sua obra para descrever a emergência e consolidação do bloco de poder multinacional e associado décadas antes da opção pelo golpe, escolha esta só em parte explicada por questões conjunturais. Nesse sentido, é necessário reconhecer a pioneira contribuição de Alfred Stepan, cientista político estadunidense que, financiado pela *Rand Corporation*, lançou em 1971 a obra *The military in politics*, traduzida e publicada no Brasil em 1975 sob o título de “Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira” (STEPAN, 1975).

Argelina Figueiredo também faz referência à obra de Stepan, que é caracterizada por ela, assim como a obra de Dreifuss, como “intencional” ou “orientada para o autor”, no entanto fazendo parte de um subgrupo diferente que não chega a nomear (FIGUEIREDO, 1993, p. 28). Segundo a autora, Stepan “(...) *centra sua análise nas ações empreendidas por Goulart, na tentativa de alterar o equilíbrio de poder em seu favor, ao adotar uma estratégia radical durante o mês de março de 1964*” (FIGUEIREDO, 1993, p. 28).

A leitura da obra de Stepan, entretanto, nos leva a conclusão diferente. O autor é expoente de uma vertente institucionalista, ao contrário do que indica Figueiredo, o que inclusive é um ponto de convergência com a doutrina da Escola Superior de Guerra. Stepan é pioneiro tanto se levarmos em conta o esboço de uma visão mais sistêmica sobre o período, quanto se entrarmos no âmbito da temporalidade. O autor, ao tratar do grupo “castelista”, central para a implementação e direcionamento da ditadura, localiza suas origens na atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, sob o comando do Exército Americano, na Segunda Guerra Mundial (STEPAN, 1975). Data dessa época, inclusive, a aproximação entre Castelo Branco e o militar estadunidense Vernon Walters, que durante o governo João Goulart seria adido militar no Brasil, sendo um dos agentes mais importantes na teia da conspiração e do golpe de Estado. Ou seja, se levarmos

em conta que a perspectiva de Stepan é voltada para o aspecto institucional e está ligada a uma temporalidade de mais longa duração (datando da década de 1940), se faz necessário questionar a afirmação de Figueiredo de que o autor centraria sua análise nas ações empreendidas por Goulart.

#### *Considerações finais*

O estudo da história recente do nosso país é uma questão, inevitavelmente, ideológica. Sob o véu das pretensas objetividade e cientificidade, disfarçam-se interpretações que não atingem o cerne da causalidade do golpe que instalou o regime de 1964 e o consolidou. A nosso ver, essa ruptura institucional aconteceu com o objetivo de levar o país a outro patamar do desenvolvimento capitalista, tendo em vista a posição periférica, o passado colonial e o subdesenvolvimento.

Como mostra Dreifuss , logo após o golpe, o bloco de poder multinacional e associado, centralizado no complexo IPES/IBAD, assumiu os postos-chave da administração pública, implementando como políticas públicas as diretrizes elaboradas anteriormente no âmbito do debate empresarial. Isso enfatiza, na nossa opinião, o caráter de classe do golpe. As interpretações mais ligadas à situação conjuntural, exemplificadas aqui pelo trabalho de Figueiredo, que por sua vez deu origem a uma série de outros trabalhos por parte de outros autores que não convém por hora mencionar, deixam de levar em conta esse aspecto primordial.

Ao fazerem isso, acabam por deixar de lado a problematização da sociedade atual. É certo consenso entre os historiadores que a partir do conhecimento do passado podemos conhecer melhor o presente e, nesse sentido, vislumbrarmos o futuro. No entanto, as interpretações conjunturais, ao determinarem o “fim” da ditadura (independente do marco cronológico escolhido) deixam de explicitar que, embora tenhamos hoje eleições regulares e outros aspectos que definem uma democracia representativa, continuamos sob a tutela dos grandes grupos econômicos (e mesmo, em certa medida, políticos) que se instalaram e consolidaram a partir de 1964. O grande projeto da ditadura foi concluído. Prova disso é que não é mais necessária uma ditadura.

#### **Referências**

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 6ª ed. 188 p.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 500 p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981. 2ª ed. rev. 816 p.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 212 p.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011. P. 25-40.

O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 224 p.